



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO
PARA PROMOVER A
ACTIVIDADE EMPRESARIAL, INVESTIMENTO E EMPREGO
ACELERANDO O CRESCIMENTO DE MOÇAMBIQUE**

**PONTO DE CONTACTO
DA**
Sérgio Chitara
Director Executivo, CTA
Representante do Sector Privado
no Grupo Técnico
www.cta.org.mz

SUPLEMENTO
**PROPOSTA DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE
AO MILLENNIUM CHALLENGE CORPORATION**
Agosto de 2004

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Sector Privado, Investimento e Emprego, irá catalisar o desenvolvimento económico liderado pelo sector privado e irá contribuir para a redução da pobreza. Os impactos referidos serão alcançados através de reformas de políticas chaves, que permitam a melhoria do ambiente de negócios, o melhoramento do acesso do sector privado ao capital, acesso a assistência técnica e a infra-estruturas que reduzam os custos gerais de transação. O apoio que se pretende fazer chegar ao sector privado, permitirá melhorar não a qualidade das empresas mas também melhorar a sua competitividade.

O Plano de Desenvolvimento do Sector Privado é uma das quatro componentes da proposta global do Desafio do Milénio (Millennium Challenge) de Moçambique, a mencionar:

A: Desenvolvimento do Sector Privado

B: Infra-estruturas de Apoio

C: Serviços de Educação, Saúde e Saneamento

D: Investigação Científica, Tecnologia e Social

Com a integração regional das outras três componentes, o Plano de Desenvolvimento do Sector Privado aqui proposto, permite atender as limitações económicas, sociais e empresais de desenvolvimento sectorial e regional. A proposta apresenta mecanismos de implementação que passam pelo estabelecimento de organizações regionais de desenvolvimento.

II. VISÃO E METAS

O Plano de Desenvolvimento do Sector Privado baseia-se em cinco princípios orientadores:

1. *O sector privado deve liderar.* O crescimento significativo e a redução da pobreza só serão conseguidos a partir da liberdade ampla para o sector privado explorar as oportunidades de negócios dentro de um quadro de políticas, legal e regulador favorável e internacionalmente competitivo. O sector privado deve ser o motor principal do crescimento e está preparado para assumir uma responsabilidade proporcionada pelo desenvolvimento e implementação do programa Millennium Challenge Corporation.

2. *A abordagem será integrada.* Moçambique tem recebido uma ajuda internacional significativa, mas ainda não suficiente para produzir os impactos desejados no combate à pobreza absoluta. O Plano de Desenvolvimento do Sector Privado irá complementar os esforços em curso.

3. *O programa será focalizado.* O Plano de Desenvolvimento do Sector Privado não deve tentar ser tudo para todos. Embora muitas vozes tenham sido ouvidas ao longo do processo consultivo, o enfoque do programa terá como base uma justificação económica sã.

4. *O desenho do programa visa continuar os esforços de desenvolvimento, com base em sucessos já registados.* Em vários casos dignos de nota, os esforços combinados do governo, sector privado e doadores produziram resultados de realce. As áreas de enfoque propostas do programa do MCC aprofundam estes sucessos e tendem a reduzir o risco de implementação, tanto para o MCC, para as empresas do sector privado e para o Governo de Moçambique.

5. O programa proposto orienta -se para “*para a acção*”. Praticamente todos os aspectos principais da trajetória do desenvolvimento económico de Moçambique foram avaliados e analisados por vários parceiros e técnicos envolvidos na programação. Os projectos a serem desenhados nas fases subsequentes proporcionarão mais detalhes . . Somos de opinião que as respostas ao desafio de desenvolvimento de Moçambique residem mais na implementação. Sendo necessário aprender das “lições tiradas” em situações anteriores e nas questões de ordem prática, do que em avaliações adicionais.

O Plano de Desenvolvimento do Sector Privado aborda o ambiente de negócios (quadro de políticas, infra-estruturas e financiamento) e o ciclo de desenvolvimento empresarial (empreendedorismo, identificação de oportunidades, execução e inovação), simultaneamente com o objectivo de aumentar o crescimento económico e reduzir a pobreza.

O programa proposto requer um investimento de aproximadamente US\$120 milhões ao longo de um período de cinco anos (vide a figura I). Prevê-se que a divisão entre as regiões seja de cerca de 40 milhões para o Triângulo do Norte, 30 milhões para a Zona Centro e 50 milhões para o Cone do Sul. Para além disso, as necessidades em termos orçamentais serão muitas, com 25% do financiamento necessário no primeiro ano, 20% para o ano 2 até o ano 4 e 15% no ano 5.

	Necessidade de Recursos (MUSD)			
	Uma vez	Anual	Em 5 anos	% do total
Reforma de políticas		4	20	16%
- Grupo de Trabalho regulador, provedor de justiça, resolução de conflitos, balcão único		2	10	8%
- Gestão dos recursos naturais		2	10	8%
Desenvolvimento de Infra-estruturas* - Parques industriais		3	15	13%
Financiamento – Mecanismo de partilha de riscos	20	1	25	21%
Assistência ao Desenvolvimento Empresarial:		11	55	46%
- Assistência técnica e controlo de qualidade		4	20	17%
- Formação de trabalhadores e empresários		2	10	8%
- Promoção da ligação aos mercados		3	15	13%
- Investigação aplicada		2	10	8%
Gestão do programa		1	5	4%
TOTAL	20	20	120	100%

* Recursos para as estradas, portos, utilidades, etc. que são essenciais para o plano do sector privado serão incluídos na secção do público da proposta

Figura I – Estimativa das Necessidades de Financiamento para o Plano de Desenvolvimento do Sector Privado

A estimatima-se que haverá retornos altos nos investimentos dos utilizando os fundos do MCC e, haverá um crescimento significativo do PIB , nas regiões eleitas , no decurso dos cinco anos de vida propostos para o Programa do Desafio do Milénio (Millennium Challenge). Projecta-se que os índices de incidencia da pobreza irão continuar a reduzir de forma mais drástica nas regiões. . Estima -se que serão acrescentados cerca de 40.000 novos postos de trabalho para ao sector formal, para além do crescimento previsto do PIB, facto que representa um aumento significativo nos níveis actuais de 520.000 trabalhadores do sector formal. Na marca dos 10 anos, o impacto do plano traduzir-se-ia em mais 100.000 postos de trabalho no sector formal e mais \$1,0 bilião em receitas nacionais, antes de se

contabilizarem os efeitos da transferência dos activos de uma empresa para outra (spin-off) e o influxo adicional de investimentos.

III. ENFOQUE DO PROGRAMA

Prioridades do sector

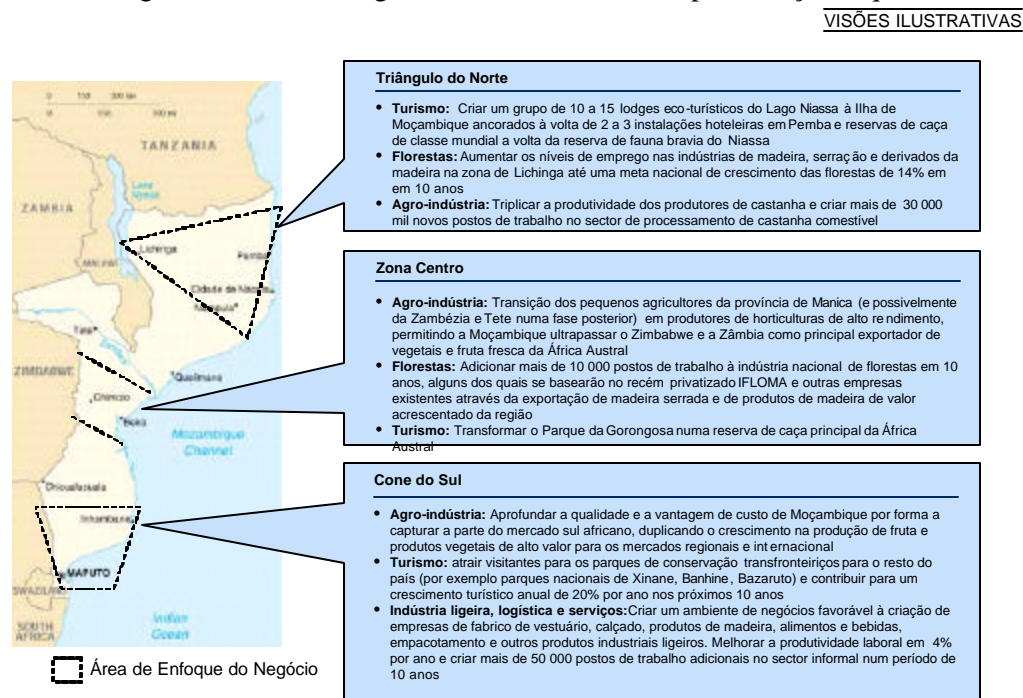
Com base na análise económica e na consulta aos intervenientes, existem pelo menos quatro sectores económicos que, de uma forma particular, prometem aumentar o crescimento económico e reduzir a pobreza em Moçambique. O Plano de Desenvolvimento do Sector Privado prevê o investimento prioritário no **(1) turismo, (2) indústria ligeira, logística e serviços (por exemplo, vestuário, serviços de transportes), (3) agro-indústria (i.e. castanha, fruta e vegetais) e (4) florestas e produtos de madeira.**

Devido ao facto de Moçambique possuir uma vantagem potencialmente comparativa a longo prazo nestes sectores, espera-se que eles possam crescer a um ritmo superior ao dobro da média nacional. Embora o desenho preliminar do programa tenha sido feito concentrando-se nos produtos e/ou sectores acima referidos, o programa permite agir sobre outros sectores não referidos, desde que localmente mostrem potencial de induzir crescimento, criar empregos e reduzir a pobreza.

Prioridades Regionais

A actividade económica nos sectores prioritários está concentrada em três zonas regionais de Moçambique, que para efeitos deste programa são designadas nomeadamente de: i/ **Triângulo do Norte** (turismo, florestas e produtos de madeira, agricultura), ii/ **Zona Centro** (essencialmente a agricultura e florestas) e iii/ **Cone do Sul** (indústria ligeira, turismo, agricultura) (vide a figura II). A concentração de empresas nas três áreas geográficas de enfoque, irá permitir que os recursos do plano de desenvolvimento do sector privado sejam aproveitados pelas empresas por forma a maximizar o impacto. O Vale do Zambeze, devido a existência de uma programa compreensivo de seu desenvolvimento, as actividades do sector privado serão proporcionalmente atendidas tanto pela **região norte** como pela **região do centro**. Continuará em estudo para possível inclusão no programa proposto.

Figura II – Visões Regionais do Sector Privado para Moçambique



IV. ELEMENTOS DO PROGRAMA

O desenho preliminar do plano de desenvolvimento do sector privado sugere que o programa final irá incluir quatro tipos de assistência que irão melhorar o ambiente de negócios (quadro de políticas, financiamento e infra-estrutura) e o ciclo de desenvolvimento empresarial (empreendedorismo, identificação de oportunidades, execução e inovação), tal como se indica no quadro conceptual contido na figura III.A.

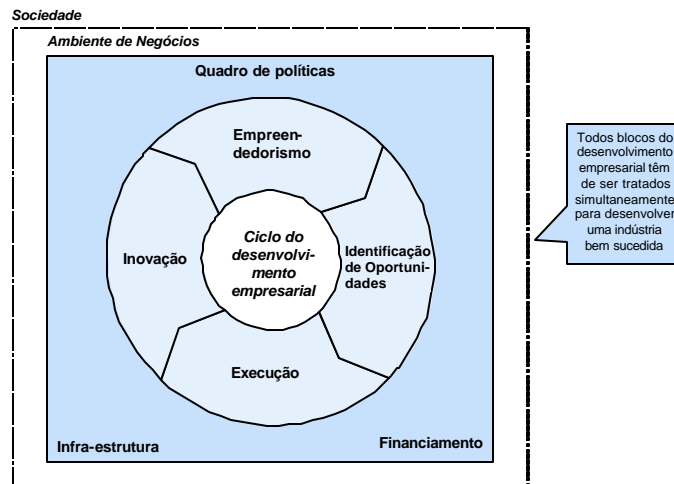


Figura III.A – Blocos de Edificação do Desenvolvimento Empresarial

1) *Reforma de políticas.* A agenda da reforma de políticas do sector privado baseia-se num processo de consulta de base ampla com o sector empresarial.¹ As prioridades específicas definidas para o programa, são as que se encontram directamente ligadas ao melhoramento do desempenho empresarial para as empresas que se enquadram dentro dos quatro sectores prioritários (turismo, indústria ligeira, agro-indústria, florestas/produtos de madeira). Existe ainda um conjunto adicional de reformas importantes relacionadas com o ambiente geral de negócios que são benéficas ao sector privado e ao desenvolvimento do País como um todo e que, foram submetidos ao Grupo Técnico, durante a este processo de formulação da proposta do Millenio Challenge. O Grupo técnico irá proporcionar uma discussão com o governo da matriz de agenda de políticas a ser oportunamente incorporada nesta proposta.

A agenda da reforma de políticas a ser acordada com o governo, no âmbito da componente do sector privado do MCA, seria implementada através da assistência técnica às instituições do governo (reforma legal, reforma reguladora e reforma institucional). Seriam utilizados fundos para elaborar e publicar nova legislação, desenvolver e implementar melhorias institucionais e nos procedimentos e, talvez, para investir em sistemas de gestão da informação com o objectivo de melhorar a transparência e a eficiência do funcionamento das instituições do sector público responsáveis por sustentar e garantir um ambiente de negócios favorável. Pretende-se reforçar a nível nacional os Mecanismos Consultivos entre o Governo e Sector Privado. Propõe-se a criação de um grupo de trabalho (task force) regulador em cada

¹ Estas prioridades da reforma de políticas resultam do trabalho efectuado através das comissões dos sectores privado - público da CTA, que se reúnem periodicamente para discutirem as prioridades da reforma de políticas do sector privado. A CTA realiza uma conferência anual do sector privado, altura em que todas as comissões se encontram para discutir o progresso e os resultados são publicados anualmente; a mais recente delas chama-se Conferência Anual do Sector Privado VII - CASP.

uma das três regiões para monitorar e impulsionar o progresso na execução dos compromissos em relação às reformas. Para além disso, o sector privado propõe que cada região receba financiamento para apoiar a criação do cargo de provedor da justiça, instituições de resolução alternativa de disputas e de execução contratual, bem como de um balcão único para o tratamento expedito de assuntos administrativos relacionados com as empresas incluindo o seu registo.

2) *Maior acesso ao capital.* O acesso ao capital continua a ser uma lacuna crucial na constituição e desenvolvimento das empresas moçambicanas. O *'mecanismo de partilha de riscos'* proposto, iria providenciar um conjunto de instrumentos financeiros aos empresários acompanhados de assistência técnica cujos detalhes de implementação serão apresentados nas fases posteriores de formulação deste programa. O aperfeiçoamento subsequente e o desenho do programa terão lugar após as primeiras reacções à proposta integrada de Moçambique.

3) *Desenvolvimento de Infra-estruturas.* As infra-estruturas críticas devem ser melhoradas. O programa do sector privado prevê que através de programas complementares específicos propostas pelo governo, haverá investimentos regionais em bens físicos cruciais (estradas, caminhos de ferro, pontes, pistas de aterragem e utilidades). Uma acção adicional do programa será a criação de parques industriais ao longo dos corredores viáveis. O programa irá investir no desenvolvimento de parques naturais nacionais, para o suporte da actividade de turismo e ambiental. Ao nível das regiões haverá uma maior capacidade de manutenção e de gestão das infra-estruturas. As prioridades em termos de infra-estruturas, detalhadas de forma específica na proposta geral, estão ligadas ao crescimento liderado pelo sector privado em geral e, de forma específica, aos sectores e regiões prioritários.

4) *Assistência ao desenvolvimento empresarial.* A assistência técnica está direccionada ao melhoramento das habilidades dos trabalhadores, gestores e empresários. Cerca de metade da proposta de orçamento, centra-se no apoio directo às empresas. As principais lacunas identificadas nos estudos anteriores incluem: **i/ uma falta de cultura empresarial e de habilidades de gestão de empresas; ii/ uma falta de mão-de-obra tecnicamente qualificada com altos índices de produtividade e de capacidade de produzir/prestar serviços de alta qualidade; iii/ uma informação sobre pesquisas de mercados limitada; iv/ fracas ligações com os mercados; v/ uma má execução operacional dos negócios e baixos níveis de inovação.** Uma proposta foi incluída para potenciar um conjunto de para fazer face a estas deficiências, nomeadamente: um programa de formação empresarial, assistência técnica operacional, programas de formação de trabalhadores, serviço de ligação aos mercados, promoção do turismo, um coordenador da investigação aplicada e uma função de controlo de qualidade/certificação. Os órgãos a prestar assistência poderão ser as agências do governo ou ONGs já existentes, ou ainda novas parcerias entre o sector público e privado. Toda a assistência envolve uma estreita cooperação entre as empresas e os provedores de serviços.

V. PROCESSO DO SECTOR PRIVADO

Análise de políticas

Em Moçambique está em curso um diálogo entre o sector público e privado que versa tópicos ligados à reforma de políticas que são importantes para o sector empresarial. A Confederação das Associações Empresariais Moçambicanas (CTA) é a instituição âncora profundamente respeitada e significativamente envolvida na reforma de políticas. Como tal, a CTA é um

local apropriado para continuar a liderar a agenda da reforma de políticas em nome do sector privado. Embora a CTA tenha sido criada em parceria entre o sector privado, governo e doadores, e continue a receber assistência dos doadores, estabeleceu-se como uma entidade independente e profissional que toma em consideração diversos pontos de vista, mas implementa as prioridades que estejam em consonância com os interesses nacionais.

As prioridades da reforma de políticas propostas para fazerem parte desta iniciativa, reflectem os interesses do Conselho Directivo, da Assembleia e dos Membros da CTA. Um Conselho Consultivo foi constituído para orientar a elaboração desta proposta. A equipa também fez a revisão de documentos da reforma relacionados com políticas, dos relatórios de assistência técnica e ela usou, como dados adicionais, pontos para complementar a análise económica e os contributos dos intervenientes.

Análise económica

A CTA mobilizou uma equipa de peritos locais e internacionais para analisarem o potencial impacto económico comparativo do investimento em sectores chave da indústria. A análise foi completada recorrendo a estudos, entrevistas e investigação primária existente em Moçambique, bem como à recolha e validação de dados com intervenientes de homens/mulheres de negócios de sucesso nos sectores em análise. A Equipa da CTA acordou posteriormente numa série de ‘filtros’ (indicados na figura VI) que seriam aplicados aos sectores candidatos para criar uma lista de pré-selecção de indústrias prioritárias. Os factores económicos avaliados incluem: vantagem comparativa a longo prazo, retorno previsto do investimento, tempos de reembolso e de reacção, número de empresários, rácio capital-emprego e o potencial para a transferência de activos de uma empresa p/ outra recém-constituída, entre outros. Usando os resultados do processo de filtragem, foi criado o modelo económico para se entender a ordem do potencial para o crescimento da magnitude dos diferentes sectores com base num conjunto de pressupostos macro-económicos, de investimento e de reforma de políticas. As metas específicas do programa serão definidas durante o desenho do programa, a ter lugar em Setembro de 2004.

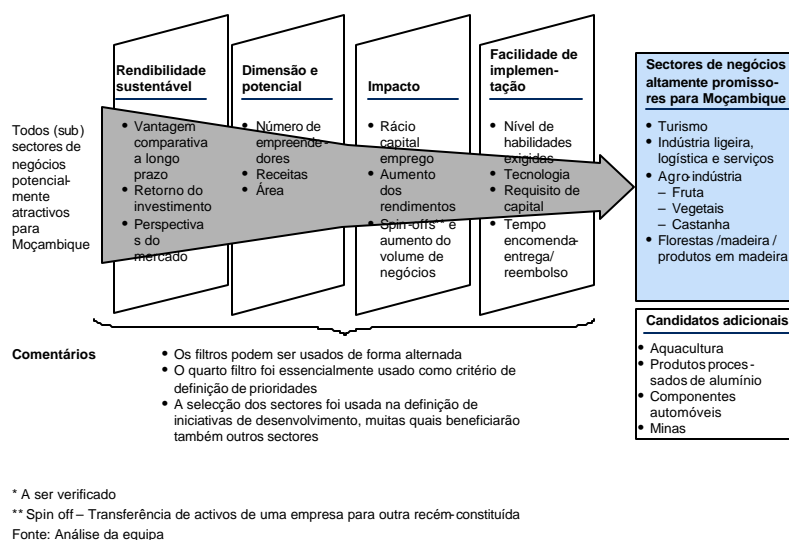


Figura IV – Filtros utilizados na Selecção dos Sectores

Desenho do Programa

Informada pela análise económica e das políticas, a equipa passou a analisar as lacunas existentes no actual ambiente de negócios (impedimentos do crescimento ao nível de políticas, por exemplo, os direitos de terras e a execução dos contratos) e no ciclo do desenvolvimento empresarial (impedimentos ao crescimento ao nível sector e das empresas, por exemplo, a falta de habilidades empresariais). Por fim, foram identificados mecanismos para sanar as lacunas mais prioritárias. Estes constituem a base do desenho preliminar do programa e beneficiarão todos os sectores em vários graus.

Processo consultivo

A Confederação das Associações Empresariais Moçambicanas é o principal autor do Plano de Desenvolvimento do Sector Privado. O Plano reflecte a análise económica e o processo de consultas com os intervenientes chave acima mencionados. A CTA é uma organização privada não governamental, constituída em 1999, cuja missão é a de contribuir para um ambiente de negócios que seja favorável ao desenvolvimento do sector privado e a um movimento associativo dinâmico e participativo que seja socialmente responsável e capaz de influenciar as decisões e promover a concorrência e a qualidade empresariais. A CTA representa 53 associações, com potencial para filiarem mais de 3 000 pequenas e médias empresas. A CTA reuniu um grupo consultivo composto por 26 representantes de vanguarda do sector empresarial e da sociedade civil que deram o seu contributo para os sectores, regiões e iniciativas de políticas prioritários, bem como outros elementos propostos para o programa. O Anexo, na sua página 52, apresenta um resumo dos comentários e das questões levantadas neste processo. A página 53 contém uma lista dos membros do Conselho Consultivo. Os mecanismos consultivos do sector privado descritos no presente anexo complementam os esforços de cobertura liderados pelo Governo.